



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

LUNA COSAC VITALINO

**“O QUE NÃO PODE FLORIR NO MOMENTO CERTO ACABA
EXPLODINDO DEPOIS”: A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO**

Brasília

2012

LUNA COSAC VITALINO

**“O QUE NÃO PODE FLORIR NO MOMENTO CERTO ACABA
EXPLODINDO DEPOIS”: A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientadora: Prof^a. Raquel Boing Marinucci

Brasília

2012

LUNA COSAC VITALINO

**“O QUE NÃO PODE FLORIR NO MOMENTO CERTO ACABA
EXPLODINDO DEPOIS”: A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientadora: Prof^ª. Raquel Boing Marinucci

Brasília, de maio de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Orientador

Prof. Examinador

Prof. Examinador

Ao meu avô, Michel Cosac, com o qual
continuarei aprendendo por toda a vida.

AGRADECIMENTO

À minha família, em especial minha mãe, Polínia, minha tia Silvana, meu tio Luís, minha avó Selma, e ao Clayton. À minha orientadora, Raquel Boing Marinucci, por sua competência e compromisso.

“As ruínas de uma nação começam no lar do pequeno cidadão”

Provérbio africano

RESUMO

A monografia analisa o papel das novas tecnologias de comunicação na Primavera Árabe, especialmente o caso do Egito, país no qual a tradição política é repressora e marcada ao longo dos anos pelo autoritarismo governamental. Nesse sentido, o texto aponta como a era da informação em que vivemos e as redes sociais de articulação podem gerar efeitos nas mais variadas esferas que compõem a sociedade atual. Sob a perspectiva construtivista das Relações Internacionais, utilizou-se a globalização, a interdependência complexa, a sociedade civil, a esfera pública e a ação comunicativa como categorias de análise.

Palavras-chave: Globalização, Novas Tecnologias, Primavera Árabe, Egito.

ABSTRACT

The monograph examines the role of new communication technologies in the Arab spring, especially in the case of Egypt, a country in which the repressive political tradition has been represented by an authoritarian government. In this sense, the present analysis points out how the information age we live in and the social networks can generate linkage effects in various spheres that constitute today's society. Under the constructivist perspective of international relations, we used the concepts of globalization, complex interdependence, civil society, public sphere and communicative action as categories of analysis.

Keywords: Globalization, New Technologies, Arabic Spring, Egypt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A PERSPECTIVA DE UMA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL.....	11
1.1 A globalização e a interdependência complexa.....	11
1.2 A esfera pública.....	13
1.3 A sociedade civil e a sociedade civil global.....	17
1.4 A ação comunicativa.....	22
1.5 O construtivismo.....	25
2. A PRIMAVERA ÁRABE E O EGITO CONTEMPORÂNEO.....	28
2.1 A Primavera Árabe.....	28
2.2 O Egito político contemporâneo.....	31
2.3 O governo Mubarak.....	34
2.4 O Egito pós-Mubarak.....	38
3. A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO EGITO E NO ORIENTE MÉDIO.....	42
3.1 Os reflexos da globalização e das novas tecnologias no Egito.....	42
3.2 O valor da esfera pública virtual no Egito.....	43
3.3 O papel da sociedade civil no Egito.....	44
3.4 O sentido da ação comunicativa na sociedade civil egípcia.....	45
3.5 A perspectiva construtivista e o discurso ocidental.....	46
3.6 A massa.....	48
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

No dia 25 de janeiro de 2011, no Cairo, os cidadãos egípcios saíram às ruas e ocuparam a Praça Tahrir como forma de protesto ao governo Mubarak. Depois de trinta anos submetidos a um regime autoritário ausente de política social justa que impossibilitava a sociedade de prosperar, a população jovem explodiu em manifestos. Nesse sentido, explica-se o título desta monografia: “o que não pode florir no momento certo acaba explodindo depois”¹.

A “Primavera Árabe”, como ficou conhecido o período de revoltas civis que assolaram o Oriente Médio e o Norte da África, vem sendo alvo de atenção em todo o mundo desde o início de 2011. Iniciando na Tunísia, os manifestos ganharam força após a denúncia da corrupção do governo feita através das redes sociais de comunicação e, com o aparato da mídia, o acontecimento teve forte repercussão internacional. Essa quebra de legitimidade contribuiu para uma reflexão dos próprios cidadãos. A partir desse momento nasce à chamada “Primavera Árabe”, quando as sociedades vizinhas começam a questionar o *status quo* e se manifestar contra seus regimes de governo. Como país de elevada importância na região e integrante deste quadro, o Egito foi escolhido para analisarmos os processos políticos que conduziram a deposição do governante Hosni Mubarak.

Esta monografia analisará as pressões internacionais e o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação (TIC’s) para entender a “Primavera Árabe”. Partindo do pressuposto de que o processo de Globalização está dado no mundo moderno, nossos objetivos consistem em discutir o papel da internet na revolução política do Egito e problematizar a influência das novas tecnologias de comunicação na formação de um espaço virtual politizado, capaz de promover a ação comunicativa e a organização de um movimento social na sociedade civil.

Para demonstrarmos os objetivos desta pesquisa utilizaremos como metodologia o estudo de caso e método interpretativo. Visto que o fenômeno escolhido para análise é muito

¹ COUTO, Mia. O último voo do Flamingo. São Paulo: Schwarcz, 2010.

recente e trata-se de um fenômeno social, a estratégia de pesquisa que melhor se enquadra para orientar o trabalho é o estudo de caso único. Como reitera Robert K. Yin², a necessidade de utilizar o estudo de caso para a orientação de uma pesquisa deve nascer da vontade de entender um fenômeno social complexo. A aplicabilidade do estudo de caso se insere na descrição de um contexto real de determinada situação e na qual tenha havido um fenômeno, que no presente caso envolve a explanação da realidade egípcia e o rompante que a sociedade civil e a política tiveram sob a influência da internet tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Será discutido como o processo de mudança política foi reivindicado pela sociedade egípcia, bem como o governo autoritário, que já perdurava 30 anos no país, lidou com as manifestações da sociedade por maior liberdade de expressão e melhores condições de vida. No tocante à globalização, que faz interagir simultaneamente inúmeros países e sob várias dimensões (econômica, social, política e cultural), este estudo pretende analisar a disseminação de ideias e as pressões internacionais que agem nesse cenário. Para tanto, serão apresentados três capítulos.

O primeiro capítulo consiste na revisão teórica. Utilizar-se-á, sob o enfoque do pensamento construtivista das Relações Internacionais, a globalização, a interdependência complexa, a esfera pública, a esfera pública virtual, a sociedade civil, a sociedade civil global, os movimentos sociais, a ação comunicativa e a política deliberativa como categorias de análise.

O segundo capítulo aborda questões históricas, políticas, e sociais que influenciaram a “Primavera Árabe”. Apresenta a atual conjuntura egípcia, bem como suas relações e alianças internacionais nos últimos tempos e a influência Ocidental no país. Além disso, faz uma análise do Egito contemporâneo sob o governo de Mubarak e as circunstâncias que o cercam hoje, no período conhecido como pós Mubarak.

O terceiro e último capítulo aplica as categorias de análise ao caso do Egito e problematiza a questão das novas tecnologias na política, bem como a perspectiva ocidental e as pressões internacionais na Primavera Árabe.

² YIN, Robert K. Estudo de caso. São Paulo: Bookman, 2005.

1. A PERSPECTIVA DE UMA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

Os conceitos de globalização e a ideia de interdependência complexa, bem como esfera pública, sociedade civil, movimentos sociais, ação comunicativa e política deliberativa serão abordados e contextualizados na sociedade atual, caracterizada como a era da informação e dotada de novas redes sociais de articulação e comunicação. Tais aspectos serão traçados de modo a compreender a possível influência que os fluxos comunicacionais, via essas redes, em especial a internet, podem exercer sobre o fortalecimento da esfera pública e a organização da sociedade civil.

1.1 A globalização e a interdependência complexa

A realidade internacional é marcada pelo fenômeno da globalização, que pode ser entendido, como sugerem Held e McGrew, a partir de dois pontos de vista: o globalista e o cético. A visão que este estudo adota é a globalista, que entende esse fenômeno como “um conjunto de processos inter-relacionados”³ no qual há uma integração da economia, da sociedade e da política mundiais. Sendo assim, fica evidente a complexidade do sistema internacional e as várias forças que o integram e consolidam um viés “multidimensional” da globalização, abrangendo diversos assuntos que dizem respeito, em geral, a interesses comuns da humanidade. No entanto, não se pode dizer que exista um ambiente harmonioso na comunidade internacional, pois quanto maior a diversidade cultural, maior é a complexidade do sistema e mais propício a choques culturais e de civilizações. Além disso, é necessário reconhecer também que a forma pela qual a globalização se espalha no sistema internacional não se dá de forma igualitária, há variações de tempo e espaço para cada área que ela abrange.

Em contrapartida a essa vertente, os céticos preferem o termo internacionalização à globalização, e entendem esse fenômeno como uma construção ideológica voltada para o livre comércio, com constante ampliação dos mercados e fortalecimento do capitalismo nas áreas do globo. Uma vez que essa visão considera a interdependência entre os Estados um processo temporário e a ordem mundial regulada apenas pela força de uma nação hegemônica, adotá-la

³ HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e Contras da globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 18.

aqui seria ignorar a “complexidade intrínseca das forças que moldam as sociedades modernas e a ordem mundial”⁴.

A globalização vem se intensificando cada vez mais ao longo dos anos e hoje ela pode ser vista como “mais abrangente, mais rápida, mais barata e mais profunda”⁵. A rápida troca de informações e o encurtamento do tempo e da distância devido às novas tecnologias, além de fazer com que os acontecimentos de uma região repercutam em outras, com variados graus de impacto, aumentam cada vez mais a dependência mútua entre os Estados, e essa interdependência se intensifica junto à globalização. De acordo com Nye⁶, a “revolução nas informações” é o que caracteriza a aceleração desse processo. Em referência à sua teoria sobre a interdependência complexa, pode-se observar que a dependência não está somente entre os Estados, mas também entre outros agentes internacionais - as instituições. Outro aspecto importante é a inserção de fatores de impacto na agenda internacional que não a segurança nacional, que ora deixa de ser preponderante. Essa nova forma de perceber o sistema internacional viabiliza e até incentiva a atitude cooperativa entre estes agentes⁷. Segundo Nye, dentre as diversas dimensões que a globalização pode alcançar (ambiental, econômica, militar, social), a social, que se refere principalmente à difusão das ideias, é fundamental para este estudo, já que ela nos permite compreender também a globalização política. Esta última “manifesta-se na disseminação de disposições constitucionais, no aumento do número de países que se tornaram democráticos e no desenvolvimento de regras e instituições internacionais”⁸. Hoje, pode-se destacar a existência de organizações e leis que cuidam de assuntos internacionais e que de forma direta ou indireta influencia nas tomadas de decisões dos governos, por mais que valha o princípio de soberania estatal. Como as novas tecnologias ajudam a repercutir as notícias no mundo, a sociedade internacional também acaba por exercer certa pressão nas tomadas de decisões, não pretendendo dizer que a grande circulação de informação contribua para uma maior conscientização dos indivíduos sobre as grandes questões mundiais. Uma “falsa” conscientização dos indivíduos poderia descrever melhor essa situação, já que se trata mais de informação do que de aprendizagem e conhecimento. Ainda assim, não deixa de ser um grande passo para “uma revolução no próprio processo de

⁴ *Id.* p. 18

⁵ NYE, Joseph S., 2009. *Cooperação e conflitos nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009. (FRIEDMAN, 1999 *apud* NYE, 2009, p. 247).

⁶ *Ibidem.*, 369 p.

⁷ J. Carlos Racy e Janina Onuki. *Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais*.

⁸ NYE, Joseph S., *op. cit.*, p. 246.

compreensão do mundo”⁹ e para uma rápida mudança de valores em diversos grupos sociais.

A partir dessas novas redes de informação e comunicação a possibilidade de interação entre os indivíduos é facilitada, abrindo-se ao desenvolvimento de um ambiente discursivo de interesse coletivo e pensamento comum – a esfera pública.

1.2 A Esfera Pública

A sociedade da informação, como tem sido chamada atualmente, desenvolve-se nas diversas formas de redes sociais virtuais (novas tecnologias) existentes e permitem manter as pessoas do mundo interligadas, com possibilidades de acesso quase que ilimitado às informações. Porém, é de suma importância notar que as transformações sociais, econômicas e políticas não ocorrem por causa das redes sociais de comunicação. Embora elas até possam contribuir para isso, o papel da internet concentra-se, sobretudo, em acelerar tais transformações, justamente por ser o meio mais rápido de troca e difusão de informação. Se não houvesse esses veículos de comunicação, ainda assim haveria transformações, independente da área ou nível de cada uma delas, como pode ser observado ao longo da história quando tal tecnologia sequer existia. Além disso, é importante ressaltar que a internet não é usada apenas como meio de promover a troca de informações e comunicação entre os indivíduos, ela também pode ser usada como forte meio de controle e espionagem da população¹⁰. De acordo com o artigo publicado pela professora Maia¹¹, as novas tecnologias podem tanto “sustentar formas extremas de centralização de poder”, como também “proporcionar um ideal para a comunicação democrática, oferecendo novas possibilidades para a participação descentralizada”.

A internet e os meios virtuais de comunicação podem então fornecer uma nova roupagem para a democracia e criar uma noção de esfera pública virtual¹². Além de fomentarem o diálogo e os debates entre os cidadãos de uma determinada sociedade e dessa com outras, eles ultrapassam barreiras e censuras, uma vez que permitem a participação de

⁹ PALHARES, Márcia M.; SILVA, Rachel I.; ROSA, Rosemar. As novas tecnologias da informação numa sociedade em transição. p. 3.

¹⁰ Palestra proferida no XVI ENERI (Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais no dia 21 de maio de 2001, sobre a Consolidação Democrática no Oriente Médio) pelo jornalista William Waack

¹¹ MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. 2000.

¹² MARQUES, Francisco P. J. A., 2006. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 166

todos os seus membros, inclusive aqueles “afastados do poder institucional”, que Habermas¹³ chama de periferia social. Dentre os diversos assuntos que podem surgir dessa comunicação, estão aqueles que dizem respeito aos interesses públicos. A esfera pública traduz um espaço comum em que é possível formar um pensamento comum entre os indivíduos de uma sociedade. Habermas em sua concepção mais moderna, diz que a

[...] esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.¹⁴

Este estudo entende a internet como esfera pública partindo do ponto de que ela pode proporcionar a premissa básica dessa lógica: um espaço público discursivo envolto de um interesse coletivo. Dentro desse espaço, diversos assuntos podem ser desenvolvidos, desde importantes questões políticas até questões puramente banais. Para melhor compreensão acerca da internet como esfera pública, temos que recorrer a duas vertentes teóricas dessa modalidade: os autores que aceitam essa noção e a encaram como um meio de tornar a política e a democracia algo mais participativo, e os que negam a noção de esfera pública virtual e a considera apenas como um espaço de conversação civil.¹⁵

De modo geral, para os autores que são a favor da noção de esfera pública virtual, o ponto comum se faz na ideia de que cada participante pode se manifestar da maneira que desejar, sobre o tema que desejar, agregando interessados e possibilitando o livre debate entre eles. Outro ponto a ser levado em consideração é a participação mais descentralizada e democrática que a internet oferece se comparada com outros meios de comunicação, pois é mais barata, mais inclusiva, e ainda dá acesso às mídias tradicionais (mídia impressa e televisiva). O jornal e a televisão, por exemplo, além de terem alto custo, estão sujeitos a influências e interesses de seus “donos” ou “patrões”, e seguem frequentemente linhas editoriais tendenciosas.¹⁶ É claro que as formas discursivas de manipulação de massa estão presentes em todos os meios de comunicação, mas na internet o acesso às informações oferece várias linhas de pensamento. A era internética aprendeu a olhar os acontecimentos por outros

¹³ HABERMAS, J. *apud* MARQUES P.J.A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. Opinião Pública, Campinas, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

¹⁴ HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 92.

¹⁵ DEAN, 2003 *apud* MARQUES, P.J.A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. Opinião Pública, Campinas, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164.

¹⁶ *Ibidem*.

caminhos e de maneira mais crítica.

De acordo com Castells, a internet não seria apenas um meio de comunicação, mas um componente indispensável para a formação de movimentos sociais¹⁷. Não distante desse pensamento, Rheingold diz: “Virtual communities are social aggregations that emerge from the Net when enough people carry on those public discussions long enough, with sufficient human feeling, to form webs of personal relationships in cyberspace”. Já sobre a ótica de Lévy¹⁸, a internet se enraíza na ideia de participação descentralizada dos membros da sociedade e da liberdade de discussão de variados temas. O mesmo autor esclarece que o acesso restrito à tecnologia não pode ser considerado um impasse para se conceituar a internet como esfera pública, já que, ao longo do tempo e em diferentes manifestações, as restrições sempre existiram: apenas tinham acesso os cidadãos de primeira linha, ou seja, aqueles letrados e possuidores de bens materiais, por exemplo. Outra perspectiva é de Marcondes Filho¹⁹, pois acredita que a internet dá maior visibilidade ao público das disposições dos governos, das instituições, e dos órgãos componentes das sociedades.

Já em relação à vertente contrária à noção de esfera pública virtual podemos entendê-la subdividida em dois grupos: aqueles que não aceitam a noção de esfera pública virtual, e aqueles que aceitam, mas tem uma visão negativa desse conceito. O primeiro grupo alega três pressupostos básicos para se posicionarem contra esse conceito: a exclusão digital, a desordem discursiva e a carência de civilidade.²⁰ A lógica da exclusão digital pode ser desconstruída segundo o pensamento de Lévy²¹, exposto no parágrafo anterior. A desordem discursiva e a carência de civilidade podem estar presentes em todos os debates que envolvem o público, pois tanto os meios tradicionais quanto os virtuais estão sujeitos a isso. Já no segundo grupo, Buchstein²² se aproxima da teoria elitista para criticar o conceito de esfera

¹⁷ “Cyberspace has become a global electronic where the diversity of human disaffection explodes in a cacophony of accents. (...) the internet is not simply a technology: it is a communication medium (as the pubs were), and it’s the material infrastructure of a given organization form: the network (as the factory was). On both counts, the internet become the indispensable component of the kind of social movements emerging in the network society”. CASTELLS, 2001, p. 138-139).

¹⁸ LÉVY, P. *Cyberdemocratie*. Paris: Odile Jacob, 2002.

¹⁹ MARCONDES, Ciro. Haverá vida após a internet? *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 16, dezembro, quadrimestral, 2001.

²⁰ DEAN, 2003 *apud* MARQUES, 2006. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164.

²¹ Lévy desconstrói a ideia de exclusão digital apontando o que poderia ser caracterizado no passado como impedimento para a conceituação de esfera pública.

²² Buchstein, 1997 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

pública virtual, pois aponta a incapacidade do cidadão comum de pensar a coisa pública e até mesmo de lidar com as novas tecnologias de comunicação, causando justamente a elitização das redes virtuais. Ainda esse mesmo autor, desacredita na eficácia de uma esfera pública onde os indivíduos não estão presentes de corpo. Seguindo essa linha de raciocínio, Pappacharissi²³ enfatiza a necessidade da presença física para tornar as discussões mais reais e confiáveis. Neste ponto, uma importante observação é feita por Dean²⁴, que sustenta a importância dos debates presenciais, mas aponta a maior facilidade que os indivíduos têm de se comunicarem ao não ter que se preocupar com interrupções, sentimento de timidez ou lidar com críticas frente a frente. Ao ver de Pappacharissi²⁵, a internet pode ser compreendida como um “espaço virtual” capaz de facilitar a integração da esfera pública aumentando os laços comunicacionais, mas não um meio de transformar a política e a democracia²⁶.

Segundo Habermas²⁷ a esfera pública política dentro de uma perspectiva democrática deve ser influente nas questões políticas, mesmo que isso não lhe dê o poder de tomar decisões; pois ela não é algo que possa ser delimitado por regras ou espaços, ela é aberta a todos e nela prevalece a igualdade de status. Ela é fruto de uma “estrutura comunicacional” da sociedade civil. Ainda com Habermas²⁸, temos o entendimento de esfera pública virtual quando ele parte para a generalização da esfera pública admitindo a mídia e os novos meios de comunicação como integrantes desse sistema. Por sua vez, essa generalidade pode se estender também a várias outras categorias que ela atua, não apenas a política. A esfera privada e a esfera pública literária, por exemplo, são assuntos que devido os fluxos comunicacionais, acabam se entrelaçando e se condensando em temas públicos²⁹, e é essa diversidade de discursos que em algum ponto se unem que não permite uma idéia limitada de esfera pública. De acordo com Lévy:

A nova esfera pública tem três características essenciais (...) a inclusão, a transparência e a universalidade. O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos

²³ PAPPACHARISSI, 2002 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

²⁴ DEAN 1997 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

²⁵ PAPPACHARISSI, 2002 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, volume II, p. 92.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente (...) Os internautas poderão se revelar cidadãos mais bem informados, politicamente mais ativos e socialmente mais conscientes do que os cidadãos off-line.³⁰

Pode-se concluir que a internet, de uma forma ou de outra, bem ou mal vista, é um espaço de debate no qual aqueles que participam podem exercitar o diálogo³¹, e a partir daí, formar uma sociedade civil ativa em todos os aspectos, inclusive o político. O fato de incluir a participação de todos os indivíduos que desejarem fazer parte e abordar infindos assuntos, sem qualquer restrição, é fator estimulante para a democracia. Todavia, é depositar demasiado peso à internet querer que ela seja inteiramente responsável por uma possível revolução democrática, como dito anteriormente, as novas tecnologias não são responsáveis pelas transformações que ocorrem no mundo, mas apenas pela rapidez com que elas se dão.

Questionar a eficácia da internet como esfera pública é justificável, desde que se questione também a eficácia dos sistemas tradicionais. Qualquer forma de ampliar o sistema democrático deve ser considerada e vista positivamente, uma vez que elas surgem justamente da fragilidade desses sistemas. Outra questão a ser levantada, é o real interesse que os indivíduos possuem sobre os assuntos públicos. Independente do tipo de esfera pública que se tem, virtual ou tradicional, a realidade é que há uma parcela dos cidadãos que simplesmente não têm interesse nessa área, e, portanto, não se manifestam, e quando o fazem muitas vezes se dá de maneira superficial ou até banal.

O fato é que a internet permite a participação descentralizada, e mesmo havendo espaços que reinam a desordem, o debate informal e a ausência de conteúdo substancial, ela também promove o debate racional, engajados em temas relevantes que possibilitam a formação da opinião pública sobre diversos assuntos, desde a política nacional até a internacional, que caracterizam o processo de globalização no qual o mundo se encontra.

1.3 A sociedade civil e a sociedade civil global

Segundo Habermas, a esfera pública e a esfera privada não podem ser vistas

³⁰ LÉVY, P. Pela ciberdemocracia. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 375.

³¹ Conceito desenvolvido por Hannah Arendt, que significa exercício de diálogo e o qual será abordado no desenrolar deste capítulo.

isoladamente uma da outra, havendo uma transferência de temas entre elas: “A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares”³², permitindo uma maior “sensibilidade” da sociedade civil frente os problemas políticos sociais. Os sentimentos comuns aos cidadãos de uma nação são passados adiante na conversação civil e depois, em nível de interesse coletivo, discutidos na esfera pública. Nesse contexto, a internet pode possibilitar a formação de uma esfera pública política virtual e a organização da sociedade civil.

A sociedade civil foi denominada a partir de vários discursos no decorrer dos tempos, e, surge nos dias contemporâneos, sob o conceito de “nova sociedade civil”, ou, como muitos teóricos entendem como “sociedade civil global”. Como o objetivo deste trabalho não consiste em analisar os diversos discursos da sociedade civil, tampouco dispor sobre os processos históricos que nos levaram a essa nova conceituação, vamos focar no conceito já inserido na realidade contemporânea e que melhor atende os objetivos desta análise. Contudo, é importante introduzir as ideias de Marx e Gramsci acerca da sociedade civil para dar um embasamento quanto ao desenvolvimento do conceito.

Para Marx, como apontado por Evangelista, a sociedade civil tinha um viés muito mais econômico. Ela representava “a instância econômica da atividade social (...) a base econômica, material modela tanto a religião e a filosofia quanto as expressões culturais e as instituições”³³, o que acabava por demonstrar a hegemonia burguesa na sociedade. Compartilhando a mesma ideia com Engels, essa corrente entende que a sociedade civil (estrutura), detentora das relações econômicas, é que regula o Estado (superestrutura). Gramsci, assim como Marx e Engels, parte do ponto em que a sociedade civil regula o Estado, a diferença está no que a sociedade civil representa para eles. Para Gramsci a sociedade civil faz parte da superestrutura, e ela exerce, através do grupo dominante, hegemonia no sentido de influenciar as noções de cunho intelectual e moral na sociedade.³⁴ Ela “representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e

³² HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997. p. 98.

³³ EVANGELISTA, Ana Carolina P. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. p. 28.

³⁴ “Podemos, para o momento, fixar dois grandes “níveis” superestruturais: o primeiro pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados “privados”; e o segundo, de sociedade política” ou do “Estado”. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de “hegemonia”, que o grupo o grupo dominante exerce em toda sociedade; e, de outro, à “dominação direta” ou ao comando, que é exercido através do Estado e do governo “jurídico” (GRAMSCI, 1971. p.12).

culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise”³⁵. Em outras palavras, a sociedade civil em Gramsci é

[...] espaço onde são construídos projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades de direção ético - política, disputa-se o poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas³⁶.

Nesse sentido, “o que é preciso é uma concepção da sociedade civil que possa refletir na essência das novas identidades coletivas e articular os termos dentro dos quais os projetos baseados em tais identidades podem contribuir para a emergência de sociedades mais livres e democráticas”³⁷. Podemos dizer que as transformações das sociedades e o processo de globalização que vivemos hoje fizeram com que esses conceitos clássicos de sociedade civil fossem ganhando novas formas, incorporando novos conteúdos e se adaptando a realidade. Além disso, a perspectiva atual faz, geralmente, uma separação clara entre a sociedade civil, o Estado e a economia e, mesmo que exerçam influências uns sobre os outros, são capazes de se desenvolverem independentemente. É a partir daí que surge a ideia de “sociedade civil global”, que vai além do princípio de soberania estatal e das relações econômicas.

O sociólogo Manuel Castells, referência atual em estudos e pesquisa sobre a sociedade da informação e as TIC's, afirma que “a internet é a construção da autonomia da sociedade civil”³⁸. A sociedade civil, de acordo com a visão moderna de Habermas, vê separadamente do Estado, como uma ação individual do espaço público e, que forma a base de uma sociedade em funcionamento. Sendo assim, a internet, como meio integrador e fornecedor de informações dentro da comunidade civil, pode contribuir, dentre outros fatores, para a formação da autonomia da sociedade civil do país.

Quando Habermas discute a sociedade civil em *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, ele usa Smith para descrevê-la:

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de

³⁵ CARNOY, M. Estado e Teoria Política. 1994. p. 93. São Paulo: Papyrus

³⁶ Gramsci (2003, p. 224)

³⁷ EVANGELISTA, Ana Carolina P. Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006, p. 31

³⁸ CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressonam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas³⁹.

Para pensarmos na construção da “nova sociedade civil”, precisamos levar em consideração todas as mudanças que vimos até agora: o processo de globalização, a interdependência dos Estados, a revolução nos meios de comunicação e o surgimento da esfera pública virtual, que enfim nos levará ao que pode ser denominado de sociedade civil global. Compreender a expansão democrática no cenário internacional pode ser, de acordo com Linklater, “recuperar a capacidade de pensar a evolução moral da humanidade no sentido da formação de uma comunidade mais ampla e inclusiva, que ultrapasse os limites do Estado-nação”⁴⁰.

Não se pode compreender sociedade civil global de uma forma superficial, pois ela implica muito mais do que as simples relações entre os indivíduos de várias áreas do globo. Sobre esta nova visão nas relações internacionais, ainda em desenvolvimento e, como tudo que nos cerca, sujeito a várias interpretações, percebe-se principalmente a complexidade dos sistemas políticos que envolvem essas relações. Segundo Evangelista⁴¹, “a ideia de uma emergente sociedade civil global pode ser muito interessante na medida em que ela represente uma leitura política desta aproximação com movimentos sociais”. Movimentos sociais estes que hoje são facilitados pelo ampliado diálogo proporcionado pelas novas tecnologias de comunicação.

Nesse sentido, o texto de Pasquino faz uma abordagem das várias interpretações para o conceito de “movimento social e comportamento coletivo” e define o que há de comum entre elas: “o acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de interação a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos”⁴². Ou seja, a insatisfação coletiva de

³⁹ SMITH apud HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 99.

⁴⁰ LINKLATER apud EVANGELITA. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006, p. 95

⁴¹ EVANGELISTA, Ana Carolina P. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006, p. 100.

⁴² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 8ª edição, 1995, vol. II – verbetes: “Movimento operário”, pp. 781-786, e “Movimentos sociais”, pp. 787-792.

uma sociedade, como no caso do Egito, gera um processo de transformações dentro da sua própria estrutura social. Como registrado pelo autor, a perspectiva de Touraine a respeito dos movimentos sociais se tornou uma das mais relevantes por dar uma interpretação global da sociedade e apontar a relação entre as condições estruturais e o próprio sistema social, onde eles “pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria sua organização a partir do sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos”⁴³. Pode-se dizer, segundo a afirmação de Touraine, que os movimentos sociais são organizados de acordo com as construções históricas, políticas e sócio-culturais das sociedades.

A interpretação de Touraine sobre movimento social apresentada no texto de Pasquino⁴⁴ é fundamentada pelos princípios de identidade, oposição e totalidade e seguem a seguinte lógica: As pessoas realizam movimentos sociais para afirmar que possuem uma identidade, que formam um grupo unido, com pensamento comum e coeso que não está se enquadrando com o externo. O externo, por sua vez, torna-se o adversário e opositor. Já a totalidade será o espaço de ação entre o movimento pela busca do reconhecimento de identidade e a estrutura do externo que faz gerar diferenças e exclusões dentro daquele sistema social - um espaço de conflito.

Outro fator que é exposto no texto de Pasquino e que merece ser mencionado é o chamado “tratamento”, nome dado por Touraine para as variáveis que mostram uma espécie de “caminho da construção de uma tipologia dos movimentos”⁴⁵. Elas são: “à relação mais ou menos forte de uma sociedade à sua historicidade ou ao seu dinamismo; a natureza do adversário de classe, à aptidão do sistema político para institucionalizar os conflitos sociais e os problemas de organização; ao grau de integração da organização social”⁴⁶.

Apesar da análise de Touraine ser considerada uma das mais importantes na visão de Pasquino, ele não deixa de notar a fragilidade desse pensamento. Concordamos com o autor ao dizer que Touraine deixa a desejar quando se prende às “dinâmicas das estruturas” e se afasta da importância que tem o papel das crenças e valores nas ações sociais⁴⁷. O que é

⁴³ TOURAINE *apud* PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 8ª edição, 1995, vol. II – verbetes: “Movimento operário”, pp. 781-786, e “Movimentos sociais”, pp. 787-792.

⁴⁴ PASQUINO, Gianfranco. *op. cit.*, p. 787.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 789.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 789.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 787.

lamentável, já que esta monografia se prende, segundo os próprios valores do construtivismo, expostos mais a frente, na forte influência que as crenças e valores exercem sobre os fatos e, na disseminação das ideias pela ação comunicativa.

No entanto, a concepção de ação política pode tanto se concentrar na ideia de conflito, como os movimentos sociais são para Touraine, quanto pode se concentrar na forma de discurso, como a práxis e a ação comunicativa são para Arendt e Habermas.

1.4 A ação comunicativa

Para discutir o conceito de ação comunicativa é interessante retomarmos o pensamento de Arendt. A autora entende a ação comunicativa, ou a práxis, assim chamada por ela, como o instrumento fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento de regimes democráticos. Apesar de a autora limitar a ação comunicativa no sujeito político, como veremos mais a frente, sua obra, baseada no contexto da II Guerra Mundial e no governo de Hitler, traz a luz a significância da ação comunicativa para dificultar o surgimento de regimes totalitários, ou mesmo autoritários, como no Egito.

Segundo Arendt, a orientação que o indivíduo tem de mundo e da própria convivência com os outros indivíduos não está mais pautada na tradição e na religião. Diante dessa perspectiva, todas as coisas, a qualquer momento, podem se tornar praticamente qualquer outra coisa⁴⁸. É a partir dessa transformação que a convivência humana passa a ser o foco exclusivo para a formação de referências e do senso comum.⁴⁹ Para lidar com a construção dessas referências nesse novo ambiente, o processo de orientação do indivíduo no mundo está inteiramente ligado à comunicação entre eles, a qual permite, com a troca de experiências humanas, a formação da opinião comum, “vinculada à compreensão e ao julgamento”.

No pensamento de Arendt, a noção de espaço público se constrói “enquanto espaço significativo no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na construção de um mundo comum”⁵⁰ e se perde na medida em que a relação entre os homens se estreita,

⁴⁸ ARENDT *apud* TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo.

⁴⁹ TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social; Rev. Social. USP, São Paulo.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 4.

causando conseqüentemente à perda da noção da realidade. Podemos dizer que o espaço público é construído a partir da prática do diálogo, que se desenvolve na idéia política de Arendt sob o conceito “práxis”. É a partir da comunicação entre os cidadãos que se dá à formação da opinião pública e a transposição dessas opiniões para a esfera pública. É através desta prática que não se torna possível o isolamento do indivíduo em uma sociedade. Entretanto, a formação da esfera pública para a autora não pode ser de tudo generalizada, ela “só tolera aquilo que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante torna-se automaticamente assunto privado”⁵¹.

Todavia, a forma humana de pensar o mundo está sujeita a limitações, isto pode ser o que Arendt define como “incapacidade de pensamento”. Ou seja, um pensamento, seja ele bom ou ruim, pode ser disseminado em uma sociedade, e, esta pode acatá-lo sem discernir os reais acontecimentos, comprometendo a capacidade de julgamento que outrora poderia ter. As sociedades que se encontram fragilizadas perante algum acontecimento se deixam levar por idéias que nem sempre podem ser compreendidas de outro ponto de vista que não o próprio, e é essa situação que anula a capacidade do homem de “se orientar no domínio público”⁵². É também no ambiente de fragilidade social que as massas se deixam levar pelo discurso totalitário, que muitas vezes se mostram atrativos para a própria população, uma vez que passam a representar uma esperança diante da difícil realidade em que se encontram.

É, portanto, o fato de que “tudo o que venha a ser público pode ser visto e ouvido por todos”⁵³ e por diversos ângulos, que a práxis pode se concentrar na ideia de democracia deliberativa. O diálogo, maximizado pela internet, pode representar para governos uma ameaça às formas de controle que exercem sobre a população, que muitas vezes se dão pela manipulação da informação⁵⁴. A política deliberativa é vista justamente pelas práticas discursivas que ocorrem nas sociedades, e que permitem “o surgimento do maior número possível de vozes, de alternativas de ações e de formas de vida, garantindo seu direito de expressão e de participação”⁵⁵.

⁵¹ TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social; Ver. Social.USP, São Paulo. p. 5.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Entrevista com Manuel Castells. São Paulo, terça-feira, 21 de setembro de 2010. Folha de São Paulo.

⁵⁵ NOBRE. Introdução. In: NOBRE; TERRA, 2008, p. 18 *apud* LUBENOW, Jorge. Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: Modelo teórico e discursos críticos. KRITERION, Belo Horizonte, n° 121, Junho/2010, p. 245.

Enquanto para Arendt a práxis é o elemento que constitui o sujeito político, o único que existe em sua concepção, Habermas coloca a ação comunicativa de um ponto de vista mais abrangente, propondo “uma revolução na capacidade de as pessoas comunicarem-se, dialogarem e construírem seus valores de forma a serem respeitadas sua condição de alteridade e de possibilidade de resignificação da realidade social”⁵⁶ Em Habermas, as sociedades também deixaram de se orientar pelos valores tradicionais e religiosos, mas não encara isso como uma perda, essa transformação é percebida como um processo de evolução do mundo: “o sistema se apresenta como resultado de uma evolução do mundo da vida”⁵⁷. A teoria da ação comunicativa de Habermas, além de demonstrar a importância do diálogo para os eventos sociais, reafirma a condição de política deliberativa.

Concordamos com Prado ao afirmar que para Habermas existem duas dimensões sociais que dialogam entre si: o Mundo da Vida, no qual a práxis comunicativa acontece, e o Mundo do Sistema, caracterizado pela macroestrutura e onde prevalece a organização estratégica política e econômica, a não linguagem e a não discussão.⁵⁸ É do processo comunicativo do mundo da vida “que seus intérpretes buscam reconhecerem-se como identidades únicas e, ao mesmo tempo como uma identidade comunitária, comunicacional, relacional”⁵⁹. Para ele, a razão está no poder que os indivíduos têm de se afastarem do mundo sistêmico e se engajarem em discussões coletivas, projetando o senso comum e se revelando capazes de dialogar com a estrutura.

A racionalidade da ação comunicativa de Habermas “alimenta os atuais movimentos sociais, expressão coletiva da insatisfação dos povos com as políticas estratégicas do sistema político-econômico dos países, tanto do primeiro mundo como os de terceiro mundo”⁶⁰.

A proposta de ação comunicativa no âmbito das relações internacionais torna-se interessante por dar base às ações de cooperação e negociação mesmo se tratando de um ambiente complexo, onde diferenças de valores, costumes, identidade, religião e língua se

⁵⁶ PRADO, Regina. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. Revista da Educação I(1): 93-100, 2006. Universidade Guarulhos.

⁵⁷ MINIUCI, Geraldo. Ação comunicativa e relações internacionais. Novos Estudos 73, novembro de 2005. p. 79.

⁵⁸ PRADO, Regina. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. Revista da Educação I(1): 93-100, 2006. Universidade Guarulhos.

⁵⁹ Ibidem, p. 96.

⁶⁰ Rouanet apud PRADO, Regina. op. cit., p. 95

tornam obstáculos para a aproximação ⁶¹.

Assistir as relações internacionais a partir dos processos de comunicação é dar uma abordagem construtivista à análise ⁶², a qual vê a construção do mundo justamente pela conversa entre agentes e estrutura. E é do desafio de compreender o papel das novas tecnologias no cotidiano, seus impactos na política e seus reflexos internacionais, levando em consideração a instantaneidade dos acontecimentos e a aceleração dos processos de transformação do mundo que elas proporcionam, que nos deparamos com esta corrente das relações internacionais.

1.5 O construtivismo

Até o momento, indicamos e discutimos algumas das categorias de análise que recorrentemente são utilizadas para a discussão da esfera pública na sociedade globalizada. Há que se entender, no entanto, como tais categorias serão aqui compostas para a compreensão da temática sob a ótica das Relações Internacionais. Nesse sentido, adotaremos a corrente construtivista como abordagem que permite analisar e compreender a complexidade do cenário contemporâneo, ajudando a problematizar o modo como a sociedade civil tem se organizado e como interfere nas concepções de mundo que marcam nosso tempo.

A corrente construtivista das relações internacionais será aplicada nesta monografia porque seu debate gira em torno do papel das idéias e valores diante dos eventos sociais e, nós acreditamos na total relevância desses aspectos para a análise de qualquer acontecimento. Neste caso, o processo de transformação política no Egito.

O construtivismo conta com a premissa básica de que o mundo é socialmente construído, refletindo o debate entre agentes e estrutura. Para essa corrente, agentes e estrutura constroem o mundo concomitantemente e, por isso, o mundo se torna maleável de acordo com as ações dos indivíduos. “É a interação entre os atores, isto é, os processos de comunicação entre os agentes, que constrói os interesses e as preferências desses agentes” ⁶³. Nesse contexto, entende-se que as relações internacionais ocorrem dentro de uma sociedade.

⁶¹ MINIUCI, Geraldo. Ação comunicativa e relações internacionais. *Novos Estudos* 73, novembro de 2005.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166

A estrutura seria o sistema anárquico no qual a sociedade internacional se encontra, e os agentes seriam os Estados, as Instituições Internacionais e a própria sociedade civil organizada.

Segundo Nogueira, Wendt analisa o sistema internacional por dois níveis: micro e macro estrutura. A micro estrutura é subjetiva porque trata das crenças individuais dos atores, e a macro estrutura é intersubjetiva porque é formada pelo conhecimento coletivo. Para ele, Wendt entende que as mudanças que ocorrem nas estruturas são regidas pela disseminação de conhecimentos e ideias entre elas, e contribuem na formação de identidade de cada ator. Sendo assim, podemos analisar a co-construção do mundo dizendo que “não se pode falar em sociedade sem falar nos indivíduos que a compõem, nem se pode falar de indivíduos... sem falar da sociedade que eles constituem”⁶⁴. Por essas razões, o construtivismo nega a antecedência ontológica entre agentes e estrutura, já que um não pode existir sem o outro⁶⁵.

Outro aspecto que merece destaque neste modelo consiste no fato de admitirem as instituições como parte integrante e relevante no sistema internacional, elas compõem o núcleo dos agentes e contribuem para que as ações dos atores sejam capazes de harmonizar o sistema de anarquia no qual se encontram, uma vez que as relações entre eles podem resultar em interesses coletivos e aguçar a cooperação, embora isso não signifique “excluir um espaço de conflito e de competição”⁶⁶.

Os fluxos comunicacionais intensificados pelas novas tecnologias permitem justamente a disseminação de idéias, que inseridas nos processos de construção e reconstrução do mundo, das sociedades, “abrem espaço para a contínua possibilidade de mudança”⁶⁷.

A visão construtivista fornece uma estrutura mais ampla de debate, que se constrói junto com as novas tecnologias. A abordagem que o construtivismo faz da realidade internacional permite um sistema de diálogo mais horizontal entre agentes e estrutura, no sentido de que os agentes aparecem com mais autonomia e com maior número de vozes diante do sistema. Nesse sentido, o campo de ação dos agentes se fortalece e a relação com a

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 167.

⁶⁷ Ibidem.

estrutura se torna mais justa na medida em que os atores passam a ter maior liberdade para demandar suas preferências.

Sendo assim, é da análise dos valores e idéias e o debate em torno da formação de identidade através da co-construção do mundo que a proposta construtivista se torna interessante para este tema: o encurtamento de tempo e espaço, as novas tecnologias, a disseminação de ideias, o processo de globalização, a aproximação dos povos, o interesse comum organizado em Instituições Internacionais tornam-se instrumentos para moldar o mundo, permitindo adaptações e mudanças nas mais diversas áreas, inclusive a política.

2. A PRIMAVERA ÁRABE E O EGITO CONTEMPRÂNEO

Os aspectos fundamentais que norteiam a compreensão da “Primavera Árabe” no Egito consistem em analisar, diante da perspectiva atual, o peso da evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s) e, da perspectiva histórica, que será exposta neste capítulo, as características da sociedade egípcia e a construção nacional daquele país.

2.1. A primavera árabe

O mundo árabe do Norte da África e do Oriente Médio vem desencadeando uma série de manifestações populares desde o início de 2011, que ficaram conhecidas como “Primavera Árabe”. Cada país que compõe esse momento, a saber: Tunísia, com Zine al Abidine bem Ali; Egito, desde Gamal Abdel Nasser, seguido de Anwar al Sadat e Hozni Mubarak; Líbia, com Muammar Kadaf; Síria, com Hafez all Assad; Iraque, com Sadam Hussein; Iêmen, com Ali Abdullah Saleh; dentre outros, possui suas particularidades econômicas, políticas e sociais, porém com motivos não muito distintos para se rebelarem – a busca por melhores condições de vida.

Figura 1. A Primavera Árabe



FONTE: Revista Conjuntura Austral/ISSN: 21782239/v. 2, nº 5/ Abr.Maio 2011

De acordo com Máximo, o que se é exposto pela comunidade internacional, acadêmicos e mídia a respeito da conjuntura do mundo árabe juntamente com essa onda de protestos não foge do seguinte quadro:

“os países do mundo árabe apresentam, atualmente, altas taxas de crescimento econômico e aumento da educação da população, há grande concentração de renda, disparidade entre ricos e pobres, altas taxas de desemprego, baixos salários, opressão política e serviços de segurança (como a polícia) opressores e abusivos. Condições estas que assolam grande parte da população árabe, as quais possibilitaram a insurgência dos protestos populares”.⁶⁸

Uma característica dos governos árabes que explica se não toda, em parte, tais revoltas, é apontada por Goldstone, no texto de Máximo. Ele faz alusão a um tipo de regime comum nessa região, o sultanístico, no qual o governante domina o exército, promove o desenvolvimento econômico e mantém a população despolitizada e desarticulada⁶⁹. Nota-se também a alta concentração de renda, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Esse tipo de governo é justificado, em parte, por aqueles que detêm o poder, nos processos de descolonização sofridos por tais países, alegando que seus regimes autoritários é uma forma de se protegerem de uma nova colonização⁷⁰. O fato é que essa idéia de proteção versus dominação não corresponde com a transformação que a sociedade internacional vem sofrendo, tampouco com as expectativas de suas próprias sociedades. Nos dias de hoje, um governo que não atende as necessidades de sua população, e mantém a concentração de renda em torno de si, está fadado ao fim.

No que diz respeito ao estopim da “Primavera Árabe”, as tecnologias de comunicação foram essenciais. O “wikileaks”, que está na internet desde 2006, é uma organização sem fins lucrativos, com sede na Suécia, que publica documentos, matérias e informações recolhidas de fontes anônimas sobre assuntos sigilosos que envolvem Estados, governos, empresas e órgãos dessa natureza. Segundo o que se tem lido, parece que a atuação do “wikileaks” foi muito importante para a “Revolução de Jasmim”. Lê-se nas redes virtuais de que a população tunisina teve acesso a uma série de telegramas diplomáticos que denunciavam corrupção dentro do governo, não que ela ignorasse isso, há muito carregava consigo as péssimas

⁶⁸ MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011, p. 4.

⁶⁹ GOLDSTONE *apud* MÁXIMO, Jéssica. *op. cit.*

⁷⁰ James Le Sueur *apud* MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011.

condições sociais, mas a forma escancarada como veio à tona, fez com que a sociedade tunisina não esperasse mais nada para se rebelar. Além dos telegramas divulgados pelo “wikileaks”, outro fato que marcou o início das revoltas no mundo árabe foi o suicídio de um feirante tunisino após ter sua mercadoria confiscada pela polícia quando se recusou a pagar propina. O jovem de 26 anos, Mohamed Bouazizi, que sustentava uma família de oito pessoas com menos de US\$ 150⁷¹ por mês, ateou fogo no próprio corpo. Esse ato desesperado acabou contagiando as pessoas e despertando na sociedade o sentimento de revolta pela miserável condição de vida que lhes era imposta.

Como de costume nessas regiões, foi noticiado que o governo reagiu autoritariamente – “as autoridades bloquearam completamente a divulgação dos telegramas e passaram a caçar dissidentes e ativistas das redes sociais”⁷². Com a população manifestante nas ruas, bastaram 15 dias para o governo cair⁷³. A partir de então, o que ficou conhecido como “Revolução de Jasmim” na Tunísia se espalhou pela região, incentivando outros povos em situação semelhante a fazerem o mesmo, dando origem à “Primavera Árabe”.

Apesar das revoltas árabes terem ganhado dimensão internacional recentemente não podem ser consideradas um fenômeno novo. Vieira discute em seu texto a ideia que alguns analistas têm da “Primavera Árabe”, fazendo crer que “trata-se dos ventos da modernidade chegando a terras islâmicas”⁷⁴, da libertação do povo islâmico, da busca pela democracia e princípios de liberdade ganhando voz no mundo árabe. Longe de estarem certos, Vieira⁷⁵ apresenta valores da tradição Islâmica que desconstruem a ideia de que os valores das sociedades consideradas modernas são provenientes do ocidente.

De acordo com o autor, fazem parte da tradição Islâmica princípios como liberdade e democracia, os quais se expressam nos conceitos de *Ummah*, *Shura* e *Tawhid*:

“A *Ummah*, a comunidade de Deus, tem natureza universal, transcendendo barreiras nacionais. Para o Muçumano, a nacionalidade é uma ficção forjada pela tradição do colonizador europeu. Todos estão unidos em Deus. Se Deus é uni, uma deve ser a comunidade, em comunhão com *Allah* (*Tawhid*). Logo, na concepção muçumana, os desígnios de Deus manifestam-se nesse espaço de convivência entre os

⁷¹ BBC News. O Homem que acendeu a ‘fagulha’ da Primavera Árabe.

⁷² DICKINSON, Elizabeth. Foreign Policy. Tunísia: a primeira revolução wikileaks. disponível em: <http://www.esquerda.net>

⁷³ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011. p. 189.

⁷⁴ Ibidem, p. 190.

⁷⁵ Ibidem, p. 195.

mulçumanos e não mulçumanos, ou seja, é nele que a justiça de Deus (*Adallah*) se faz presente. Inerentemente a *Ummah*, existe a idéia de responsabilidade republicana *istikhlaf* (responsabilidade pessoal e comum), do dever de um cidadão sobre a manutenção da vida digna do seu concidadão. Caso um mulçumano não esteja bem, esteja passando necessidade, sofrendo ou tendo sua segurança ameaçada, a Comunidade também não se encontra saudável”.⁷⁶

Ainda nos valores do islã, o ensinamento é de que se lute pelos princípios de Deus – “E combatei, pela causa de Deus, os que nos combatem. Mas não sejais os primeiros a agredir”⁷⁷. Segundo Vieira, os preceitos do sistema jurídico islâmico dão à comunidade o direito de escolher “livre e consensualmente os administradores públicos” e ainda diz que “as deliberações políticas devem passar pelo crivo da coletividade”⁷⁸, ou seja, os supostos valores ocidentais de democracia estão tão enraizados na cultura mulçumana quanto acham ser do ocidente. Para eles, o Estado deve ser protetor da comunidade e guardador dos fundamentos do islã, e caso isso não ocorra, a própria comunidade deve se voltar contra o governo, uma vez que ela não “concordará no erro”⁷⁹.

Ocorre que a “estrutura política foi organizada em favor dos senhores da guerra, dos grandes generais (sultões), tendo como expressão máxima o Império Otomano”⁸⁰. Foi após a Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Otomano que houve uma brecha para que a comunidade islâmica restaurasse seus valores e princípios, mas os países ocidentais influentes da época – França, Inglaterra, Itália e Espanha - não tiveram muito interesse e estabeleceram lá seus próprios modelos políticos⁸¹.

2.2 O Egito Político Contemporâneo

Como o objetivo deste estudo visa analisar o impacto dos meios de comunicação no Egito em termos das relações internacionais, vamos nos ater mais à construção de sua imagem no pós Segunda Guerra Mundial, período no qual o mundo embarcou em um processo intenso de re-construção e as novas tecnologias vieram, de fato, à tona.

Mesmo dentro deste processo de transformação, o Oriente Médio (Iêmen e Síria) e o

⁷⁶ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011. p. 195.

⁷⁷ Corão 5:2; Exortação contra a miséria no Corão – 24:55;51;19 citado por VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011.

⁷⁸ VIEIRA, Danilo. op. cit., p. 196.

⁷⁹ Ibidem, p. 199

⁸⁰ Ibidem, p. 197

⁸¹ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189, jul/dez. 2011.

norte da África (Egito, Tunísia e Líbia) não deixaram de ser alvo de interesse internacional, por conta da geopolítica da região e também por ter áreas ricas em petróleo. O Egito é apontado por muitos como uma nação capaz de enfrentar Israel - além de ser “a maior e mais desenvolvida das nações árabes é o único país da região com poder suficiente para desafiar Israel”⁸². Ele está situado em área de fronteira entre dois continentes, África e Ásia, e sempre se consagrou figura importante na interação desse meio, fazendo parte de várias organizações regionais, mantendo também importantes relações comerciais com a Europa e Estados Unidos.

⁸² SOUZA, Cláudio César Dutra. FERABOLLI, Sílvia. Para além do fundamentalismo: o Egito pós-mubarak. Mundorama.

ocidentais na região, em especial os Estados Unidos ⁸³. Contudo, em 1970, após a morte de Nasser, assume o poder Anwar Al-Sadat, e a política egípcia passa a ser guiada para outros caminhos.

Com Sadat na liderança, a aproximação com a ex-União Soviética e o distanciamento com as potências ocidentais foram rompidos. O novo governo e o final da Guerra Fria trouxeram novas alianças, fazendo com que o Egito se posicionasse ao lado dos Estados Unidos, implicando até o Acordo de Paz com Israel (1979). A partir daí, houve uma turbulência na comunidade árabe, que considerou esta atitude insultuosa, favorecendo movimentos extremistas e o assassinato do então presidente em 1981 ⁸⁴. Mubarak, que exercia a função de vice-presidente, assume o comando.

Mubarak deu continuidade à linha do antigo governo. Em suas relações externas optou por uma política mais moderada, com maior abertura para novas alianças, e manteve-se ao lado dos Estados Unidos e Israel, “preservando os interesses estadunidenses na região” ⁸⁵. Fomentou a liberalização econômica incentivando a abertura do mercado para a entrada de capital estrangeiro, promoveu a redução do papel do Estado frente às privatizações e permitiu-se alterar a constituição ⁸⁶. Embora o país tenha crescido economicamente, houve aumento da desigualdade social, favorecimento de pequenos grupos, e autoritarismo na forma de governar, marcando uma deterioração geral nas condições de vida da população.

2.3 O Governo Mubarak

O Egito foi governado por Muhammad Hozni Said Mubarak desde 14 de outubro de 1981, permanecendo no poder até o início de 2011. Em um contexto de regras e legalidade duvidosas, foi eleito quatro vezes e se manteve no poder durante 30 anos. Até que no dia 25 de janeiro de 2011, estourou uma revolta civil na capital do Egito, Cairo. Foram 18 dias de manifestação na Praça Tahrir até a queda do governo. Nas palavras de Vieira, “após 18 dias de manifestação na Praça Tahrir, a população egípcia testemunhou o colapso de um regime

⁸³ COSTA, Renato. Revista Conjuntura Austral/ISSN: 2178- 8839/v. 2, nº 5/Abr. Maio 2011. Disponível em [HTTP://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm)

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem, p. 19

⁸⁶ Disponível em [HTTP://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm)

aparentemente sólido, duradouro”⁸⁷.

Mubarak governava de forma autoritária e dava acentuada ênfase ao poderio policial, militar e ao sistema de inteligência, os quais se encontravam muito bem enraizados na sociedade, e os quais contribuíram significativamente para sustentar a sua liderança no país. O investimento realizado nessas bases de sustentação de poder manteve um sistema coercitivo claro de controle da população, que por falta de liberdade de expressão e medo da perseguição do governo deixou-se dominar por tanto tempo.

Outro fator importante para sua permanência no poder foi o apoio e as boas relações estabelecidas com os Estados Unidos durante seu mandato, relações estas, que rendiam por volta US\$ 1,5 bilhões anuais de ajuda externa para o Egito⁸⁸. Além disso, existe o acordo de paz assinado entre o Egito e Israel em 1979, mediado pelos Estados Unidos, estabelecendo o fornecimento de petróleo do Egito para Israel, que ao ver da população egípcia criava condições de desvantagem entre as duas nações. Lembrando, claro, da forte influência que os Estados Unidos exercem sobre Israel, país vital para a expansão de suas influências no oriente médio e dominação do petróleo.

Segundo os meios de comunicação virtuais, o que se lê a respeito do sentimento da população egípcia é que ela estava frustrada com as condições em que estava vivendo. As promessas do ditador de boas condições sociais não se cumpriam. O crescimento econômico do país obteve resultados positivos, pois Mubarak adotou políticas de fortes investimentos externos e privatizações. Já a sociedade do país estava longe de alcançar alguma prosperidade, e os motivos para isso variam dentre muitas questões: empobrecimento geral da população, baixos salários, alto grau de inflação, alto índice de desemprego, falta de liberdade de expressão, repressão dos órgãos do governo e alto grau de corrupção⁸⁹. As características sobre o sultanato elucidadas por Goldstone no texto de Máximo ficam claras diante dessa situação, ainda mais quando a população se deparou com a fortuna acumulada pelo governante, que segundo Casas, chegava a ser duas vezes maior que a dívida externa do

⁸⁷ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011. p. 190

⁸⁸ MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011.

⁸⁹ CASAS, Pedro. A atual situação do Egito e as perspectivas para a reconstrução do país. Texto informativo. Oriente Médio e Magreb, 14 de março de 2011. Conjuntura Internacional. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

país⁹⁰.

De acordo com dados fornecidos pelo site do Ministério das Relações Exteriores – (MRE)⁹¹, em 2002 o índice de desemprego da população egípcia estava em mais de 20%, e dada a continuidade dos fatos, comprovados pela a onda de revoltas populares iniciadas no início de 2011, nota-se a real necessidade de mudança. Segundo Casas, apesar do crescimento econômico ter apresentado bons resultados nos últimos anos, 1/5 da população do Egito, que chega a aproximadamente 80 milhões de habitantes, está abaixo da linha de pobreza, e apesar da taxa de desemprego ser oficialmente de 10%, fontes independentes alegam ser entre 20% e 25%⁹². Afora isso, desde 1952 não acontecem eleições livres no país e, hoje, investigações contra o governo de Mubarak indicam altos níveis de corrupção⁹³.

Dado a situação egípcia, não é de se questionar os motivos de uma revolta civil. A população egípcia começou a se organizar para se rebelar contra a condição de governo que lhes era imposta, e para isso contou com as novas tecnologias de comunicação. As pessoas passaram a usar a internet para se manterem informadas, quando não dos computadores, pelos telefones celulares. E devido à instantaneidade que tais tecnologias proporcionam, a comunidade internacional logo se colocava a par dos acontecimentos, exercendo certa pressão sobre o modo do governo lidar com a situação.

De acordo a notícia veiculada pela versão “on line” do jornal Folha de São Paulo, a partir da agência France Presse⁹⁴, foi um grupo chamado Movimento 6 de Abril, nascido no facebook, que deu início às ondas de protestos contra o governo. Esse grupo reunia jovens instruídos que utilizavam essa rede social como um espaço para debates e discussões, que ao final anunciava também informações a respeito dos protestos e convocações. O grupo foi ganhando novos adeptos, como a oposição do regime e representantes das partes menos favorecida da população, se consolidando rapidamente entre aqueles que desejavam mudança.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Disponível em http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm. Acesso em 02fev2012.

⁹² CASAS, Pedro. A atual situação do Egito e as perspectivas para a reconstrução do país. Texto informativo. Oriente Médio e Magreb, 14 de março de 2011. Conjuntura Internacional. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

⁹³ Mundo árabe. La revolucion egipcia se salva em lós tribunales. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, 17/08/2012.

⁹⁴ PRESSE, Da France. Movimento antimubarak teve início na internet. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/867363-movimento-antimubarak-teve-inicio-na-internet.shtml>. Acesso em 05mar2012.

Com a queda do governo na Tunísia, o grupo ficou ainda mais motivado, e conseguiram mobilizar 86 mil membros registrados na internet para as manifestações. A idéia da revolução política agradou muita gente, e logo se alastrou pelas cidades do país. Ainda com essa matéria⁹⁵, manifestante falou da organização e planejamento dos grupos de protesto, mostrando que estavam bem preparados, apesar de estarem “isolados”, sem internet ou celular: “Começamos a nos organizar há um ano, pela internet. Cada grupo sabe bem o que fazer”⁹⁶.

O governo de Mubarak, no início, respondeu a seu modo, autoritário, cortando a comunicação dentro país para impedir o uso da internet e das mídias sócias⁹⁷. Resistiu duramente aos protestos e “declarou que não cederia à vontade da população”, impondo toque de recolher e mantendo o exército nas ruas. Foi após 18 dias de manifestação que sua renúncia foi anunciada pela televisão egípcia, o porta voz dessa notícia foi o vice-presidente, nomeado durante a crise com intuito de acalmar a população, Omar Suleiman⁹⁸.

São frequentemente noticiadas mortes durante as manifestações. De acordo com o site “mundo árabe”⁹⁹ a Anistia Internacional (AI) anunciou 840 mortes no início das manifestações. A violência com a qual o governo tentou combater os protestos ficou estampada na maioria dos meios sociais de comunicação. Apesar de o exército ter se colocado a favor da liberdade individual e através de um comunicado dizer que não usaria da força para deter os protestantes¹⁰⁰, o que se vê é uma violenta repressão. Tais fatos tornam-se inaceitáveis para o nível de consciência que a sociedade mundial compartilha hoje.

É interessante notar algumas mudanças que ocorreram nas relações externas que Mubarak mantinha antes da revolta popular eclodir, relações amigáveis com grandes líderes mundiais, chefes de governos democráticos, mesmo governando de forma autoritária. Os Estados Unidos alteraram seu modo de agir diante da enorme repercussão internacional do

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ LORETO, Daniela. Protestos no Egito são planejados a um ano pela internet, diz ativista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/867620-protetos—no-egito-são-planejados-há-uma-ano.shtml>

⁹⁷ MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011

⁹⁸ CASAS, Pedro. A atual situação do Egito e as perspectivas para a reconstrução do país. Texto informativo. Oriente Médio e Magreb, 14 de março de 2011. Conjuntura Internacional, p. 1 Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

⁹⁹ Mundo árabe. Egito juzgará a Mubarak por El asesinato premeditado de manifestantes egipcios. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, 25/05/2011

¹⁰⁰ CASAS, Pedro. Op, cit.

caso, depois de tanto apoiar o governo Mubarak, apoiou sua renúncia à presidência¹⁰¹. Segundo blog do Editor Rogério Simões da BBC Brasil¹⁰²:

[...] entre os espectadores mais atentos estão três governos com passados e agendas políticas muito diferentes. Estados Unidos, Israel e Irã gozavam de um certo conforto com o regime de Mubarak. Com ele Israel estabeleceu uma paz essencial para a segurança de grande parte do seu território. Washington tinha em Mubarak o maior aliado no mundo árabe, que ao mesmo tempo controlava o avanço fundamentalista e garantia estabilidade a Israel. Já o Irã, adversário de nações sunitas como o Egito, compartilhava com Mubarak a crença de que a democracia plena não era uma alternativa viável para a região. Agora os três países precisam, por motivos diferentes, adaptar-se à nova realidade.

Isso nos permite mais uma vez analisar os impactos de um acontecimento nas relações internacionais, o fator imagem na comunidade internacional e, a reorganização do sistema em torno disso.

2.4 O Egito pós Mubarak

Após a queda de Mubarak o Egito ficou sob comando provisório das Forças Armadas, com o marechal Mohamed Hussein Tantawi. Segundo publicação da Gazeta do Povo, o Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito, anunciou em novembro de 2011 que as eleições presidenciais seriam realizadas até junho do próximo ano, sob o seguinte discurso: “O Exército não quer o poder e coloca os interesses do povo acima de qualquer consideração. Ele está preparado para transmitir as responsabilidades imediatamente, se o povo assim desejar, por meio de um referendo popular”¹⁰³.

Já no dia 19 de fevereiro de 2012, correspondente da BBC no Cairo disse que a comissão eleitoral egípcia apenas expressava “esperança” no sentido de que as eleições se realizassem em junho do mesmo. O presidente da comissão, Faruq Sultan, alegou que há problema na organização dos votos dos egípcios que moram fora: “O presidente da comissão disse à rede de TV Nile News que o ministro das Relações Exteriores pediu mais tempo para organizar o voto dos egípcios que moram no exterior”, disse, ainda, que as candidaturas precisam ser entregues até 10 de março e que o cronograma de eleição deve ser divulgado depois disso¹⁰⁴.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² SIMÕES, Rogério. Uma revolução puramente egípcia – BBC Brasil

¹⁰³ GAZETA DO POVO, 22 de novembro de 2011.p. 2.

¹⁰⁴ BBC. Egito adia anúncio de eleições e dá sinal de disputa política. Disponível em:

Recentemente, em matéria fornecida virtualmente pelo “Mundo Árabe”¹⁰⁵ em março de 2012, o presidente Sultán anunciou que as eleições presidenciais se realizarão em 23 e 24 de maio deste mesmo ano e, se necessário, uma segunda rodada acontecerá em 16 e 17 de junho do 2012, sendo que o resultado das eleições será divulgado em 29 de maio, ou, 21 de junho, caso seja adiada. Quanto aos egípcios residentes no estrangeiro, foi divulgado que eles poderão participar das eleições presidências na semana de 11 a 17 de maio de 2012. Quanto às campanhas eleitorais, ficou estabelecido que terão início em 30 de abril e poderão continuar por 3 semanas, mas não apontam nenhum favorito¹⁰⁶. Dentre os principais blocos concorrentes estão a Aliança Democrática, vinculado à Irmandade Mulçumana; o Bloco Egípcio, com os partidos liberais e de esquerda; e por último, os centristas ex-militantes da Irmandade Mulçumana¹⁰⁷. De toda forma, os partidos demonstraram o intuito de organizar um modelo de governo misto, com maior participação do parlamento nas tomadas de decisão¹⁰⁸.

Outro fator que complicou o estabelecimento da data da eleição presidencial está na inconstitucionalidade da eleição parlamentar egípcia, a primeira eleição livre no país depois de décadas, realizada de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Segundo matéria publicada no Estadão em 21 de fevereiro de 2012, o juiz da Suprema Corte Administrativa, Magdy El-Agaty, disse que a constituição havia sido violada: “o sistema que distribuiu em partes assentos entre partidos políticos e indivíduos violou a constituição”¹⁰⁹. “O novo parlamento, constituído de partidos islâmicos e liberais, deveria estabelecer um conselho de 100 membros para definir a constituição e abrir caminho para as eleições presidenciais”, diz Zayed. Porém, a eleição parlamentar não seguiu o princípio de proporcionalidade da constituição, definindo um terço dos assentos para os indivíduos e dois terços para os partidos políticos, enquanto, de acordo com Agaty, metade dos lugares deveria ser destinado aos indivíduos¹¹⁰. Isso, dentre muitos fatores, demonstra como se torna difícil um processo de transição política na sociedade, principalmente diante de um regime autoritário estabelecido há 30 anos.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120219_egito_eleicao_rs.shtml, p. 1

¹⁰⁵ Mundo árabe. Egíto celebrará SUS elecciones presidenciales lós próximos 23 y 24 de myo. Disponível em: mundoarabe.org ; em 03/03/2012

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Mundo árabe. Egíto se echa a La calle contra La junta militar. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, acesso em 21/11/2011

¹⁰⁸ Mundo árabe. Egíto celebrará SUS elecciones presidenciales lós próximos 23 y 24 de mayo. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, acesso em 03/03/2012.

¹⁰⁹ ZAYED, Dina. Justiça egípcia diz que sistema é inconstitucional. Estadão. Disponível em: <http://Estadão.com.br/Internacional> acesso em 21 de fevereiro de 2012.

¹¹⁰ Ibidem.

As pressões populares para que a junta militar entregue o poder aos civis sempre existiram. O professor Márcio Scalercio, em matéria para a Globo News, diz que “o problema todo é que o Conselho Supremo Militar das Forças Armadas está tutelando o processo de transição. E, para estes manifestantes, a situação mais desejável é que essa transição fosse dirigida por civis”, mesmo sendo dificilmente possível uma organização civil que conseguisse conduzir um país tão politicamente heterogêneo. Ele também enfatiza o quão confuso é o sistema eleitoral do país, implicando ainda mais à insatisfação dos civis¹¹¹.

Apesar do exército sempre alegar a intenção de facilitar a transição de regime e a passagem para a democracia, ele é acusado de hesitar a entregar o governo aos civis, “de buscar manter seus privilégios e de continuar influenciando a vida política”¹¹². Todavia, em fevereiro deste ano, o Conselho Supremo das Forças Armadas anunciou que entregaria o poder aos civis em 30 de junho¹¹³.

Quanto ao ex-presidente Mubarak, de 83 anos, está sendo julgado pelo Tribunal Penal do Egito enquanto esta monografia está sendo feita, cujo presidente, Ahmad Rifaat, declarou que anunciará sua sentença em 2 de junho de 2012. Mubarak é acusado de mandar matar manifestantes contra seu governo e de corrupção¹¹⁴. Segundo o site de notícias “mundo árabe”¹¹⁵, agências da ONU e outras organizações locais registraram várias violações dos direitos humanos no país, como torturas, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais dentre outras.

Segundo referendo realizado em 2011, o novo sistema eleitoral egípcio determina que o mandato do presidente será de 4 anos e só poderá se reeleger uma vez. No tocante a possível democratização no Oriente Médio, impulsionada pela Primavera Árabe e as mudanças nas estruturas institucionais destes países, é difícil ver a evolução desse processo de forma totalmente positiva segundo os valores ocidentais, pois mesmo que contenha nos princípios

¹¹¹ Eleições parlamentares no Egito vão durar até março de 2012, Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2011> acesso em 27/11/2011.

¹¹² Veredicto de Mubarak sai em 2 de junho no Egito, Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2011> Acesso em 22/02/2012

¹¹³ Mundo árabe. Egito celebrará SUS elecciones presidenciales los próximos 23 y 24 de mayo. Disponível em: <http://www.mundoarabe.org>, acesso em 03/03/2012

¹¹⁴ Veredicto de Mubarak sai em 2 de junho no Egito, Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2011> acesso em 22/02/2012

¹¹⁵ Mundo árabe. La revolucion egpcia se slva em los tribunales. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, acesso em 17/08/2011

do Islã valores de igualdade e liberdade, como mencionado no início do capítulo quando discutimos Vieira¹¹⁶, estes se distanciam substancialmente dos valores orientais. Além disso, é precipitado pensar em democratização em sociedades que possuem regimes tradicionalmente autoritários, como veremos a seguir.

¹¹⁶ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011. p. 195

3. A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO EGITO E NO ORIENTE MÉDIO

A “Primavera Árabe” é entendida por muitos como chave do processo de “democratização” do mundo, principalmente no que diz respeito à visão ocidental. Nesta sessão as categorias de análise do primeiro capítulo serão aplicadas ao contexto da “primavera árabe” e do Egito para trazer à tona a desmistificação desta ideia e definir o papel das novas tecnologias neste processo.

3.1 Os reflexos da Globalização e das novas tecnologias no Egito

Como trabalhado no primeiro capítulo, o caráter multidimensional da globalização¹¹⁷, que faz interagir a sociedade internacional de modo econômico, político e social e o aumento da interdependência entre os Estados e outros atores internacionais¹¹⁸ explicam o interesse de outros países em se envolverem, se não ativamente, ao menos na discussão das ondas de protestos que assolam a região árabe do norte da África e do Oriente Médio. O Egito, por ser o país mais desenvolvido, com maior influência na região¹¹⁹ e manter importantes alianças internacionais¹²⁰, como exposto no segundo capítulo, se torna alvo certo de discussão em diversas áreas do globo.

Atualmente, todos os fatores presentes no mundo árabe são suficientemente importantes para ultrapassarem barreiras e impactar a sociedade internacional. O problema é que a influência que o externo exerce sobre dada situação chega sempre, ao menos enquanto existir quaisquer diferenças entre os atores do sistema, ao embate: Relativismo Cultural X Ética Universal. A revolução política no Egito interpretada pela lógica de uma globalização política é o que faz muitos analistas pensarem nela como um passo para democracia. Segundo Nye¹²¹, como demonstrado no primeiro capítulo, a globalização política representaria o “aumento do número de países que se tornam democráticos” e o “desenvolvimento de regras e

¹¹⁷ HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e Contras da globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 18

¹¹⁸ NYE, Joseph S. Cooperação e conflitos nas relações internacionais. São Paulo: Gente, 2009, p. 369

¹¹⁹ SOUZA, Cláudio César Dutra. FERABOLLI, Sílvia. Para além do fundamentalismo: o Egito pós-mubarak. Mundorama.

¹²⁰ COSTA, Renato. Revista Conjuntura Austral/ISSN: 2178-8839/Vol. 2, nº 5/Abr.Maio 2011. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm,

¹²¹ *Ibidem*. p. 246.

instituições internacionais”. Porém, apesar das Instituições internacionais representarem a união de Estados diferentes para fins comuns e desempenharem papéis importantes no âmbito global, não podemos ignorar as diferenças culturais e otimizar a possibilidade de uma democracia universal, muito menos sob o conceito ocidental de democracia, que não pode ser definido, mas que pode ser entendido como liberdade de expressão, participação política, direitos humanos reconhecidos, igualdade de gêneros etc.

O mundo moderno que a sociedade internacional compartilha tem nos fatores tecnológicos, como indicados ao longo deste trabalho, o fortalecimento do processo de globalização e interdependência, uma vez que é atribuída aos novos meios de comunicação e informação a instantaneidade da circulação de notícias e acontecimentos pelo mundo¹²². É certo que as novas tecnologias de comunicação desempenharam papel importante na revolução política no Egito, inclusive foi através delas que um fato tão recente em local tão distante pode ser trabalhado nesta monografia.

A intensificação do processo de globalização pelas novas tecnologias de comunicação, a força dos novos agentes, e o aumento da interdependência complexa contribui ainda para crescer os laços cooperativos entre os atores internacionais¹²³, nos permitindo mostrar no plano interno do mundo árabe a importância que o movimento social que cada país representou para outro, e no plano externo, a imensa repercussão que teve e a mobilização de outros governos e instituições para o caso.

3.2 O valor da esfera pública virtual no Egito

Como tratado anteriormente, as novas tecnologias e as redes sociais virtuais de comunicação, em especial a internet, caracterizam a chamada “sociedade da informação”. Esses novos meios de fazer interagir os indivíduos sem limitações de tempo e espaço permitem que a população mundial se mantenha informada acerca de diversos assuntos, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito internacional. Nesse sentido, a internet pode ser vista como esfera pública no momento em que propicia um espaço de debate mais inclusivo e democrático¹²⁴, sem quaisquer barreiras, censuras e restrições quanto aos membros

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ LÉVY, P. Pela ciberdemocracia. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de

participantes e temas abordados.

Apesar da idéia de esfera pública virtual ser bastante criticada por alguns teóricos, como vimos no capítulo I, foi justamente um ambiente virtual que possibilitou aos cidadãos egípcios um espaço de discussão voltado para interesses públicos e questões políticas. Nesse sentido, a construção da esfera pública virtual naquela sociedade se tornou um componente indispensável para a formação do movimento social¹²⁵ que derrubou o regime autoritário de Mubarak. Porém, mais uma vez é necessário ressaltar que as novas tecnologias não são as responsáveis pela revolução no Egito, nem na Tunísia, onde tudo começou, e nem em qualquer outro lugar. Como já exposto neste trabalho, elas têm seus méritos e papéis bem definidos nas revoluções árabes e devem ser vistas como ferramentas poderosas para a articulação da sociedade civil e conseqüentemente para os processos de transformação. Definir tais processos como “Revolução Facebook” é atribuir às novas tecnologias o que elas não podem fazer sozinhas: uma revolução.

3.3 O papel da sociedade civil no Egito 2011

Quando falamos de movimento social estamos falando de conflito: No Egito, a sociedade civil se organizou, com a ajuda dos meios de comunicação, e fez emergir um movimento social contra o governo totalitário de Mubarak. O ampliado diálogo que as novas tecnologias proporcionam facilita a formação desses movimentos¹²⁶ e caracteriza bem a liberdade de ação que a sociedade civil desfruta a partir do século XX.

A sociedade civil, após a Guerra Fria, vem ganhando força e importância na medida em que ela consegue articular e permear a vida dos indivíduos para que suas demandas cheguem ao Estado. Hoje, a globalização e as tecnologias de informação e comunicação facilitam a interação dos indivíduos na sociedade civil, o desenvolvimento de um pensamento comum, e maior mobilidade do grupo para a busca de um interesse coletivo. É nesse sentido que a sociedade civil egípcia se organizou na forma de movimento social em prol dos seus

janeiro: Record, 2003, p. 375.

¹²⁵ “Cyberspace has become a global electronic where the diversity of human disaffection explodes in a cacophony of accents. (...) the internet is not symple a technology: it is a communication medium (as the pubs were), and it’s the material infrastructure of a given organization form: the network (as the factory was). On both counts, the internt become the indispensable component of the kind of social movements emerging in the network society.” CASTELLS, 2001, p. 138.

¹²⁶ EVANGELISTA, Ana Carolina P., Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

interesses.

O movimento da sociedade civil egípcia pode ser entendido como a busca por inclusão no próprio sistema político em que está inserido - o qual durante décadas não permitiu uma participação significativa dos cidadãos - bem como a busca por melhores condições sociais, como maior nível de emprego, salários mais dignos, queda da inflação, maior estabilidade da população, menor desigualdade, menos corrupção etc. A demanda da sociedade civil egípcia se entrelaça com o discurso de direitos humanos e busca reconhecimento dentro de um sistema social que gera diferenças e exclusões dentro das mais variadas esferas: desde questões econômicas, como os baixos salários e o aumento da inflação, até questões sociais, como a falta de perspectiva de vida da juventude e o reconhecimento da mulher nas próprias práticas sociais.

3.4 O sentido da ação comunicativa na sociedade civil egípcia

Para Habermas, já abordado anteriormente, a ação comunicativa “alimenta os atuais movimentos sociais, expressão coletiva da insatisfação dos povos com as políticas estratégicas do sistema político-econômico dos países”¹²⁷. Apesar de a sociedade egípcia ser composta de preceitos religiosos muito fortes e isso ser uma vantagem por gerar laços de solidariedade também muito fortes e importantes para a união da sociedade civil: “Caso um Mulçumano não esteja bem, esteja passando necessidade, sofrendo ou tendo sua segurança ameaçada, a Comunidade também não se encontra saudável... Cabe, portanto, ao mulçumano agir em nome de seu irmão e da sua comunidade”¹²⁸, ela pôde se engajar em debates que vão além das tradições estabelecidas pela religião, se desprender dos discursos religiosos daquela tradição social, revelar sujeitos políticos e debater novas ideias.

Como discutido no decorrer do capítulo I, a constante transformação do mundo fez com que a orientação de vida do indivíduo sofresse alterações¹²⁹. A convivência humana e a comunicação entre os indivíduos, em detrimento da tradição e da fé, passaram a ser a base

¹²⁷ Rouanet apud PRADO, Regina. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. Revista da Educação I(1): 93-100, 2006. Universidade Guarulhos. p. 95.

¹²⁸ VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189, jul/dez. 2011. p. 195-196

¹²⁹ Arendt, 1979, p. 131.

para a construção de valores e referências na sociedade moderna¹³⁰. Logo, a ação comunicativa na sociedade egípcia permitiu aos cidadãos reconhecerem a calamidade social que cada um estava vivendo. Hoje, a ação comunicativa é facilitada pelos novos meios de comunicação, haja vista a repressão do governo Mubarak frente às manifestações. Castells¹³¹ coloca a insegurança dos governos autoritários frente à internet, que possibilita o diálogo para o “surgimento de maior número possível de vozes”¹³² e dificulta o controle da população nesse tipo de regime. Daí explica-se atitude do governo Mubarak em cortar a comunicação dentro do país para impedir o uso da internet e das mídias sociais¹³³.

3.5 A perspectiva construtivista e o discurso ocidental

A perspectiva construtivista das relações internacionais entende que o mundo está sujeito a constantes transformações na medida em que há mudanças de pensamento e valores nas sociedades. Com a globalização e o surgimento das novas tecnologias, as ideias são rapidamente repassadas de um lugar para outro e incorporadas na forma de pensar dos indivíduos, abrindo espaço para a “contínua possibilidade de mudança”¹³⁴.

A própria estrutura capitalista do sistema internacional, que exige um discurso cada vez mais democrático, tenta disseminar seus valores e princípios para que toda a sociedade internacional incorpore seu modelo e tenha na macroestrutura a formação de um pensamento coletivo e equilibrado dentro daquilo que propõe. São as forças do sistema que dialogam com as vontades individuais e criam os processos de transformação do mundo. Explica-se daí o apoio dos países e instituições ocidentais no caso político do Egito, a estrutura mundial capitalista agindo contra a permanência de regimes autoritários que não condizem com sua liberdade.

Os esforços das sociedades ocidentais de compreender tal processo se situam acerca da

¹³⁰ TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social; Ver. Social.USP, São Paulo, v, 1.

¹³¹ Entrevista com Manuel Castells. São Paulo, terça-feira, 21 de setembro de 2010. Folha de São Paulo.

¹³² NOBRE. Introdução. In: NOBRE; TERRA, 2008, p. 18 apud LUBENOW, Jorge. Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: Modelo teórico e discursos críticos. KRITERION, Belo Horizonte, n° 121, Junho/2010, p. 245

¹³³ MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011

¹³⁴ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 167

nova sociedade civil, que tem dimensão global e se engaja em temas que interessam a todos. Segundo Evangelista¹³⁵, como discutido no capítulo I, pensar em um mundo globalizado implica pensar em interdependência, compressão de tempo e espaço e interpenetração das sociedades, o que permite propor, diante da porosidade das fronteiras, a busca por uma conscientização universal e a possibilidade de uma esfera pública globalizada. Neste caso, o movimento social no Egito para a queda do governo autoritário e a busca por melhores condições de vida, traz ao mundo, ao menos de uma perspectiva superficial, a idéia de uma universalização democrática sob a expectativa da comunidade internacional ocidental.

Acreditar na possibilidade de se construir socialmente uma democracia de uma hora para outra é ignorar a dificuldade de se construí-la em sociedades cujos governos autoritários sempre estiveram muito enraizados, inclusive nos dias de hoje. Assim como admitir o conceito de sociedade civil global, como já abordado, significa admitir a complexidade do sistema, que apesar da interdependência entre os Estados, não anula as diferenças culturais entre eles. É esse fator que muitas vezes nos leva a uma interpretação errônea da “Primavera Árabe”. Quando Vieira¹³⁶ aponta valores democráticos na tradição Islâmica e descarta a ideia de que os valores ocidentais estão finalmente a chegar naquela região, ele faz jus ao próprio processo histórico do colonialismo ocidental, responsável, em grande parte, por levar aqueles países a ser o que são hoje.

O grande debate acerca da “primavera árabe” e do Egito enquanto revoltas que possibilitarão um maior equilíbrio democrático global deve incidir na seguinte questão: se os egípcios e os árabes em geral estivessem vivendo em boas condições sociais, um governo autoritário os incomodaria? Essa indagação nos leva a refletir sobre as pressões internacionais que recaem sobre a revolta árabe.

Sob a ótica de um dos mais importantes organismos internacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU), subtendesse que tal revolta é vista como um discurso pró-democrático, e, portanto, digna de acontecer, pois se fosse o contrário, talvez uma intervenção já teria acontecido para por fim aos “perturbadores da ordem”. Até agora nenhuma resolução da ONU foi feita para a revolta popular do Egito, e apesar das pressões internacionais, não

¹³⁵ EVANGELISTA, Ana Carolina P., *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. p. 28

¹³⁶ VIEIRA, Danilo. *Univ. Rel. Int. Brasília*, v.9, n.2, p. 189, jul/dez. 2011. p. 195

houve nenhuma intervenção externa como no caso da Líbia. Nesse sentido surgem os equívocos da sociedade internacional, que antes de analisarem a fundo a construção da sociedade egípcia, toma partido e assume posições frente a um acontecimento que nem sempre pode ser julgado por uma lógica que não a daquele lugar. O apoio externo de órgãos e países é importante para o processo de transição política no Egito, desde que o externo (principalmente a influencia ocidental) entenda que não deve ser a sua vontade a prevalecer no final, mas sim as necessidades daquela sociedade.

Diante das verdadeiras intenções dos países influentes no cenário internacional não está o estabelecimento da democracia acima de tudo e de todos: o que prevalece são seus próprios interesses. Como apontado no capítulo II, os Estados Unidos no primeiro momento apoiaram o governo Mubarak e defenderam seus interesses na região, mas tão logo essa posição se tornou impossível de ser bem vista na comunidade internacional se colocou ao lado da revolução e pediu a renúncia do presidente.

A nosso ver, os egípcios buscam muito mais a justiça social, a distribuição de renda e seus reflexos do que o estabelecimento de um regime político democrático. Porém, para a sociedade civil reivindicar do Estado seus direitos, ela precisa, conseqüentemente, depor o regime autoritário. Esse é mais um fator que estimula a crença de que a “primavera árabe” é o passo para a democratização do mundo.

3.6 A massa

Não se tem conhecimento de grandes líderes na revolução política egípcia, reflexo do próprio sistema político autoritário dominante nas ultimas décadas. Neste movimento, a sociedade civil como um todo está na liderança. Trata-se de uma revolução popular, onde todos compartilham o mesmo sentimento e saem a ruas para protestar sem necessitar de liderança definida ou sequer objetivos bem traçados. Fala-se em líderes como o diplomata Mohamed ElBaradei, apoiado pela Irmandade Mulçumana e outras forças de oposição ¹³⁷, mas nenhuma grande figura realmente idealizada pelo povo do início ao fim. Segundo matéria publicada na versão online do Estadão¹³⁸, Nawara Negm, tradutora da TV estatal egípcia e

¹³⁷ Euronews. 2012. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/01/31/egipto-el-baradei-mandatado-para-negociar-com-os-militares/>

¹³⁸ DORIA, Pedro. A revolução no Egito depende necessariamente da internet. Estadão

blogueira é uma das principais ativistas do movimento na internet e apontada como uma líder virtual: “o seu é um dos blogs mais lidos do país”.

O público jovem é o cerne da revolução política egípcia de 2011. São eles que acampam na Praça Tahrir, que enfrentam e se submetem as ameaças do exército em busca da mudança. Segundo a professora do Centro de Estudos Árabes da USP, Arlene Elizabeth Clemesha, em entrevista para a Globo News¹³⁹, são jovens sem nenhuma perspectiva de vida: “o salário médio, desses jovens, quando conseguem trabalhar, de 25 a 25 anos, não passa de 80 dólares, ou digamos, menos de 200 reais por mês, e são jovens com educação, falam várias línguas”. A professora conta que quando você conversa com esses jovens, você entende a necessidade que eles têm de que se crie um sistema de justiça social que realmente faça diferença, por isso as manifestações não cessaram com a queda de Mubarak e faz-se tão importante a saída da junta militar.

As manifestações são constantemente noticiadas, muitas delas ao vivo. Constata-se dessas notícias que os discursos dos jovens manifestantes estão realmente concentrados na ideia de mudança política e justiça social, como supracitado pela professora Clemesha. Além disso, as notícias não mostram recuo da violência por parte da junta militar no combate aos manifestos, e ao que parece, os manifestantes não demonstram a intenção de ceder enquanto não houver mudanças concretas.

¹³⁹ Globo News. “Fim do Conselho Militar é a saída para fim de conflitos no Egito”. 2012. Disponível em: <http://globo.com/globo-news/jornal-das-dez/v/fim-do-conselho-militar-e-a-saida-para-fim-de-conflitos-no-egito-diz-especialista/1797771/>

CONCLUSÃO

As nossas expectativas quanto aos resultados da pesquisa foram satisfatórios. Passamos a entender melhor o papel e a influência que as novas tecnologias podem ter na política e seus reflexos no mundo contemporâneo. Quanto à limitação desta monografia está no fato de não ter sido possível a realização de uma pesquisa empírica, com coleta de dados e contato direto com caso. A realização da pesquisa empírica é uma possibilidade futura de aprofundamento do estudo sobre o tema.

Notamos que o termo “Primavera Árabe” para designar este momento vivido pelos países árabes e os demais envolvidos transmite a ideia de que finalmente essas sociedades vão poder florescer, prosperar. É um tanto quanto pretensioso insinuar que todas essas nações só agora vão conhecer os encantos da primavera. Mas a verdade é que essas sociedades não estão em tempos primaveris, elas estão em tempos de guerra, de revolta, de indignação por terem sido tanto tempo reprimidas e privadas dos direitos fundamentais do indivíduo enquanto cidadão. Este momento é sem dúvida um momento de explosão, não, pelo menos ainda, de flores, como sugere o nosso título.

Criaram-se grandes expectativas em torno da “Primavera Árabe”, mas ainda é cedo para se apontar rumos democráticos naquela região. A queda dos líderes autoritários não significou, e nem poderiam significar, a implantação imediata da democracia naqueles países, já que uma construção social democrática requer tempo, e vai muito além da troca de governos. Além do mais, como dito anteriormente, a evolução desse processo não pode ser vista de forma totalmente positiva segundo os valores ocidentais, uma vez que existem diferenças marcantes entre a cultura ocidental e a oriental. Afora isso, as eleições presidenciais, até este momento, não aconteceram. Os militares continuam no poder e, as manifestações não cessaram. Todavia, está claro que a revolução política no Egito deixará marcas profundas na história do país e na própria sociedade internacional, já marcada por alterações no quadro das relações políticas.

O fenômeno da globalização é marcante nesse processo não só por fazer repercutir na comunidade internacional o que ocorreu em uma região do globo, mas também pelo

sentimento que ultrapassa barreiras e desperta a consciência de uma sociedade civil global. Contribuintes do fenômeno da globalização, as tecnologias de comunicação e informação são e foram muito importantes para a chamada “Primavera Árabe” e para o processo político que o Egito vive, mesmo não podendo atribuir a elas o mérito de fazer acontecer uma revolução. Foi a ação comunicativa, através dessas tecnologias, que contribuiu para o não isolamento do indivíduo na sociedade egípcia e a organização da mesma para se chegar a uma revolução de caráter popular, dando total sentido a uma das premissas da visão construtivista, segundo qual “a interação entre os atores, isto é, os processos de comunicação entre os agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes”¹⁴⁰. O aproveitamento da internet como espaço capaz de criar uma esfera pública virtual, como foi mostrado no decorrer dos capítulos, deve ser respeitado. Esse espaço foi capaz de fazer os indivíduos egípcios interagirem politicamente para organizar uma manobra da sociedade civil contra o autoritarismo de Mubarak.

As determinantes da mídia e das novas tecnologias nos proporcionam um mundo de informações, de todos os assuntos, de várias tendências – ruins ou boas, dependerá sempre do ponto de vista de cada um. O fato é que a quantidade de informação que se tem não é fator facilitador da formação de opinião; mas é melhor ter informações e poder selecioná-las do que não ter acesso a elas. Uma frase dita por Demócrito, cerca de 460-370 a.c.. “muita reflexão e não muita informação, eis no que devemos nos ater”, continua atual nos tempos de hoje. Devemos nos preocupar em saber discernir aquilo que tem qualidade, aquilo que realmente é relevante diante da quantidade de informação a que se tem acesso.

É importante ressaltar que o espaço de pesquisa desta monografia foi basicamente a internet. O estudo de caso em temas contemporâneos é limitado por não haver muitos textos acadêmicos. Com isso, buscamos demonstrar mais uma vez que a internet, uma das principais ferramentas das novas tecnologias, além de ser a maior fonte de informação atualmente, mantém o mundo interligado e intensifica o processo de globalização com a compressão do tempo e espaço. Ela permite que tenhamos acesso aos acontecimentos do outro lado do mundo em tempo real.

Buscamos nas categorias de análise das Relações Internacionais uma forma de

¹⁴⁰ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

organizar e conduzir esta pesquisa de modo a mostrar a importância das novas tecnologias para uma política mais inclusiva e globalizada, que contribua para o fortalecimento de uma sociedade global mais informada, ativa e consciente. Mas também mostrar suas limitações: o encantamento que a internet provoca na juventude muitas vezes dificulta a separação entre verdades e mentiras no mundo virtual.

REFERÊNCIAS

BBC. Egito adia anúncio de eleições e dá sinal de disputa política. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/19_egito_eleicao_rs.shtml, acesso em

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 8ª edição, 1995, vol. II – verbetes: “Movimento operário”, pp. 781-786, e “Movimentos sociais”, pp. 787-792.

BUCHSTEIN, 1997 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164.

CARNOY, M. Estado e Teoria Política. 1994. p. 93. São Paulo: Papirus.

CASAS, Pedro. A atual situação do Egito e as perspectivas para a reconstrução do país. Texto informativo. Oriente Médio e Magreb, 14 de março de 2011. *Conjuntura Internacional*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Corão 5:2; Exortação contra a miséria no Corão – 24:55;51;19. 19 citado em VIEIRA, Danilo. *Univ. Rel. Int. Brasília*, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011.

COSTA, Renato. *Revista Conjuntura Austral/ISSN: 2178-8839/Vol. 2, nº 5/Abr.Maio 2011*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/egito2.htm,

COUTO, Mia. O último voo do flamingo. São Paulo: Schwarcz, 2010.

DEAN 1997 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164.

DICKINSON, Elizabeth. Foreign Policy. Tunísia: a primeira revolução wikileaks. disponível em: <http://www.esquerda.net>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

DORIA, Pedro. A revolução no Egito depende necessariamente da internet. Estadão

Eleições parlamentares no Egito vão durar até março de 2012, *Globo News*. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2011> acesso em 27 de janeiro 2012.

Entrevista com Manuel Castells. São Paulo, terça-feira, 21 de setembro de 2010. *Folha de São Paulo*.

Euronews. 2012. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/01/31/egipto-el-baradei-mandatado-para-negociar-com-os-militares/>. Acesso em 5 de abril de 2012.

EVANGELISTA, Ana Carolina P. Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das relações internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006. p. 28.

GAZETA DO POVO, 22 de novembro de 2011.p. 2.

Globo News. “Fim do Conselho Militar é a saída para fim de conflitos no Egito”. 2012. Disponível em: <http://globov.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/v/fim-do-conselho-militar-e-a-saida-para-fim-de-conflitos-no-egito-diz-especialista/1797771/>. Acesso em 12 de março de 2012.

HABERMAS, J. *apud* MARQUES. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2, p. 92.

HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e Contras da globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 18.

RACY, J. Carlos e ONUKI, Janina. Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais.

JAMES LE SUEUR *apud* MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011.

LÉVY, P. Cyberdémocratie. Paris: Odile Jacob, 2002.

_____. Pela ciberdemocracia. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 375.

LORETO, Daniela. Protestos no Egito são planejados a um ano pela internet, diz ativista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/867620-protetos—no-egito-são-planejados-há-uma-ano.shtml>. Acesso em 07 de fevereiro de 2012.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. 2000. *Este texto é uma versão reformulada da comunicação apresentada no Congresso Internacional "Internet, Democracia e Bens públicos" - FAFICH/UFMG - 6 a 9 de novembro de 2000

MARCONDES, Ciro. Haverá vida após a internet? *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 16, dezembro, quadrimestral, 2001.

MARQUES, Francisco P. J. A., 2006. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 166

MÁXIMO, Jéssica. Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise do Norte da África e do Oriente Médio. 2011, p. 4.

MINIUCI, Geraldo. Ação comunicativa e relações internacionais. *Novos Estudos* 73,

novembro de 2005. p. 79.

Mundo árabe. Egípto celebrará SUS elecciones presidenciales lós próximos 23 y 24 de mayo. Disponível em: <http://www.mundoarabe.org>. Acesso em 03/03/2012

Mundo árabe. Egípto juzgará a Mubarak por El asesinato premeditado de manifestantes egipcios. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, 25/04/2011. Acesso em 30 de novembro de 2011.

Mundo árabe. Egípto se echa a La calle contra La junta militar. Disponível em: <http://mundoarabe.org>. Acesso em 21/11/2011.

Mundo árabe. La revolucion egípcia se salva em lós tribunales. Disponível em: <http://mundoarabe.org>, 17/04/2012. Acesso em 28 de abril de 2012.

NOBRE. Introdução. In: NOBRE; TERRA, 2008, p. 18 *apud* LUBENOW, Jorge. Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: Modelo teórico e discursos críticos. KRITERION, Belo Horizonte, n° 121, Junho/2010, p. 245.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166

NYE, Joseph S. Cooperação e conflitos nas relações internacionais. São Paulo: Gente, 2009, p. 369

Palestra proferida no XVI ENERI (Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais no dia 21 de maio de 2001, sobre a Consolidação Democrática no Oriente Médio pelo jornalista William Waack.

PALHARES, Márcia M.; SILVA, Rachel I.; ROSA, Rosemar. As novas tecnologias da informação numa sociedade em transição. p. 3.

PAPACHARISSI, 2002 *apud* MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública, Campinas*, v. 12, n° 1, Abril/Maio, 2006.

PRADO, Regina. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. *Revista da Educação I(1)*: 93-100, 2006. Universidade Guarulhos.

PRESSE, Da France. Movimento antimubarak teve início na internet. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/867363-movimento-antimubarak-teve-inicio-na-internet.shtml>. Acesso em 23 de março de 2012.

ROUANET *apud* PRADO, Regina. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. *Revista da Educação I(1)*: 93-100, 2006. Universidade Guarulhos. p. 95.

SIMÕES, Rogério. Uma revolução puramente egípcia – BBC Brasil

SMITH *apud* HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de

Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 99.

SOUZA, Cláudio César Dutra. FERABOLLI, Sílvia. Para além do fundamentalismo: o Egito pós-mubarak. Mundorama.

TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social; Rev. Social.USP, São Paulo.

Veredicto de Mubarak sai em 2 de junho no Egito, Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/notícia/2011> Acesso em 22 de fevereiro de 2012

VIEIRA, Danilo. Univ. Rel. Int. Brasília, v.9, n.2, p. 189-205, jul/dez. 2011. p. 189.

YIN, Robert K. Estudo de caso. São Paulo: Bookman, 2005.

ZAYED, Dina. Justiça egípcia diz que sistema é inconstitucional. Estadão. Disponível em: <http://Estadão.com.br/Internacional> acesso em 21 de fevereiro de 2012.